

Relatório da Audiência n.º 17 - COF- XIV

Dia: 11 de novembro de 2021

ENTIDADE: *SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior*

Professor Doutor Gonçalo Leite Velho (Presidente da Direção)

Professora Doutora Mariana Gaio Alves (Vice-Presidente da Direção)

ASSUNTO: Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Ana Rita Bessa (CDS-PP)
- António Cunha (PSD)
- Bebiana Cunha (PAN)
- Bruno Aragão (PS)
- Carla Madureira (PSD)
- Cláudia André (PSD)
- Cristina Mendes da Silva (PS)
- Elza Pais (PS)
- Fernando José (PS)
- Firmino Marques (PSD)
- Isabel Lopes (PSD)
- Luís Monteiro (BE)
- Maria da Graça Reis (PS)
- Maria Gabriela Fonseca (PSD)
- Maria Joaquina Matos (PS)
- Porfírio Silva (PS)
- Tiago Estevão Martins (PS)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas a todos os presentes, em particular ao Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto (CECJD), Deputado Firmino Marques e aos representantes do SNESup, dando nota do modo de condução dos trabalhos e dando de seguida a palavra aos representantes do SNESup, para uma exposição inicial.

O Presidente da Direção do SNESup, Professor Doutor Gonçalo Leite Velho, começou por agradecer a audiência. Na sua exposição inicial, começou por salientar que o valor para o sector do ensino superior, constante da proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021), é problemático.

Salientou primeiro que na Comunicação social foi avançado um aumento de cerca de 17% que, no entanto, não se concretizou, pois, a proposta do Governo prevê um acréscimo para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, face a 2020 de 4%, sendo, pois, uma diferença assinalável.

Em relação ao aumento de 4%, constata-se, porém, que o valor atribuído, inclui a compensação por efeito de algumas medidas legislativas, como a diminuição do valor de propinas e o impacto de regularizações de contratos, o que significa que, de facto, o aumento da dotação para o Ensino Superior corresponderá não a 4% mas a 1,98%, o que é manifestamente pouco para um sector confrontado com uma pandemia, que gera situações de grande ansiedade e um acréscimo de custos considerável, com materiais de proteção individual, cujos custos acabam por ser transferidos para os docentes.

Mais disse que, o ensino superior cresceu, havendo um aumento muito considerável do número de alunos, no entanto, não se verifica o necessário reforço orçamental.

Quanto à evolução dos números do financiamento da Ciência, referiu que a Nota Explicativa diz haver um aumento na verba para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, contudo, quando comparado com a Nota Explicativa do ano anterior verifica-se uma diminuição desse mesmo valor. Verifica-se ainda uma diminuição de 6% no Emprego Científico, que denota um claro desinvestimento, que se repercutirá na desvalorização das políticas de contratação dos mais qualificados, o que é particularmente grave no atual contexto de crise pandémica, em que a ciência desempenha um papel tão importante.

Propôs, de seguida, algumas medidas concretas de alteração à proposta de LOE 2021 - Proposta de alteração no artigo 37.º; Proposta de inserção do artigo 37.º -A; Proposta de introdução de artigo 61.º; e Proposta de inserção do artigo 123.º - conforme foi detalhado no contributo escrito que enviou.

O Senhor Vice-Presidente da COF, Deputado Alberto Fonseca, agradeceu a exposição inicial e deu início à fase de debate, dizendo que iria passar a condução dos trabalhos ao Senhor Presidente da CECJD.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Bruno Aragão (PS) agradeceu a vinda do SNESup e o contributo. Disse haver abertura às propostas e que há um entendimento comum quanto ao reforço do papel das universidades e da ciência, dizendo haver sintonia e um entendimento comum. Mais disse que os orçamentos têm memória que, portanto, este orçamento tem a memória dos orçamentos anterior. Há claramente um reforço de 2% em face do orçamento do ano anterior – que alguns poderão dizer que é pouco e outros muito – e há uma política de Recursos Humanos e sua valorização e renovação. Mais disse que da parte do Partido Socialista, mantém-se a disponibilidade para continuar a discutir novas soluções.

O Senhor Presidente da CECJD passou de seguida a palavra à Senhora Deputada Isabel Lopes (PSD) que após cumprimentar os presentes, disse, citando as palavras do Presidente da Direção numa recente entrevista, que este orçamento era o pior dos últimos anos para o ensino Superior e Ciência, referindo que esta perspetiva é partilhada por outros intervenientes no sector. Mais disse que, não há tradução orçamental para a renovação do corpo docente, que tem sido uma reivindicação antiga do SNESup e que o senhor Ministro na sua audição, no âmbito da discussão da LOE, questionado sobre esta questão disse haver várias contratações, desvalorizando, pois, esta questão. Em relação ciência disse, a terminar, que o Ministério está a “fazer maquilhagem” com os aumentos para a ciência, perguntando aos representantes do SNESup, se concordam com esta afirmação.

Tomando de seguida a palavra, o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por agradecer a exposição inicial dos representantes do SNESup, dizendo de seguida que não há entendimento comum nenhum, pelo menos com o Bloco de Esquerda. Disse que, do ponto de vista do financiamento, continua a haver menos 100 milhões de euros do que há 10 anos. Relativamente a recursos humanos nunca houve uma média de idades dos docentes tão elevada e nunca houve tantos precários neste setor, como atualmente. Assim, disse não haver entendimento comum com o PS em relação a estas matérias. Quanto ao financiamento do ensino superior continuamos muito longe da média da OCDE. Por outro lado, os 2% de crescimento para contratação, podem

nem vir a ser utilizados pois dependem de autorização do Governo. Reiterou, pois, não haver qualquer entendimento comum com o PS em relação a estas matérias.

Intervio de seguida a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), que começou por deixar uma nota pessoal de apreço pelo trabalho que o Professor Doutor Gonçalo Leite Velho tem feito à frente do SNESup e em conjunto com esta Assembleia da República, pois sabe que irá cessar brevemente funções. Relativamente à proposta de lei do orçamento, pedindo antecipadamente desculpa por não ter ouvido a intervenção inicial, mas tendo já lido o contributo escrito do SNESup, disse que o documento apresentado pelo senhor Ministro merece as maiores reservas pois há várias discrepâncias. Por outro lado, disse que o facto de haver mais alunos no ensino superior e não haver uma concomitante valorização e aumento dos docentes é problemático. Concluiu referindo que, o financiamento ao ensino superior é manifestamente insuficiente.

Intervio de seguida a Senhora Deputada Bebiania Cunha (BE) que começou por louvar o trabalho e postura do SNESup que, numa atitude construtiva e de defesa do Ensino Superior e Ciência, muito tem contribuído para a valorização das instituições e dos docentes. Reiterou que o PAN entende que é fundamental reforçar as políticas que aumentem o investimento em investigação, ciência e no ensino superior, o que valoriza os investigadores e os docentes. Disse por fim que, há problemas crónicos neste setor que muito provavelmente não serão resolvidos em sede de orçamento do estado, restando a esperança de que sejam resolvidos em sede de processo legislativo. Deixou, por fim 2 perguntas: uma relativamente ao *burnout* dos docentes, questionando quais as soluções que antevê para o combater e prevenir e outra sobre qual a perspetiva do SNESup acerca do resultado do concurso de projetos financiados pela FCT, recentemente apresentado.

O Senhor Presidente da CECJD passou novamente a palavra ao Presidente do SNESup, que concluiu a sua audiência agradecendo todos os contributos e questões. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão (PS) disse que já ouviu vários comentários sobre o reforço orçamental, nomeadamente, tem ouvido repetidamente dizer que é pouco, mas que é há quem considere que é muito, como foi referido pelo Senhor Deputado, é a primeira vez que ouve. Pensa que nem o Senhor Ministro terá dito isso.

Disse, de seguida, que o contrato de legislatura constrange este sector. Ele pode ser um instrumento político por parte do Ministério, mas também acaba por ser uma debilidade.

A ciência e o ensino superior são fundamentais o que aliás ficou patente com a pandemia. Estes setores são chave para o desenvolvimento económico e estão a ser descurados.

Secundou, de seguida, as palavras da Senhora Deputada Isabel Lopes (PSD), dizendo que este é o pior orçamento dos últimos anos, havendo inclusivamente um problema de transparência com um erro na nota explicativa de cerca de 40 milhões de euros, que é um erro muito grave.

Quanto aos projetos FCT, disse que atualmente há maior volume financeiro através acordos paralelos, feitos pelo Ministério diretamente, por exemplo linhas para a COVID ou para inteligência Artificial, do que através da FCT, o que, na sua perspetiva, enviesava e politiza a política de financiamento em Portugal e gera um problema de clientelas.

Mais disse que há falta de transparência de dados e números tanto a nível do orçamento como da política de emprego, uma vez que deixaram de ser publicados os dados, o que significa que os dados que o Senhor Ministro anunciou não podem ser comentados ou contraditados.

Terminou com uma nota pessoal aos deputados da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto com quem trabalhou nos últimos 4 anos, salientando a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), dizendo que constituindo uma “coligação positiva”, conseguiram fazer aprovar algumas medidas muito importantes a nível do emprego científico. Mais disse que, pela sua parte, só tem a dizer bem dos deputados da Assembleia da República que trabalham de forma desinteressada e abnegada, na procura do melhor para o país. Terminou agradecendo, tudo o que conjuntamente conseguiram alcançar nos últimos 4 anos.

O Senhor Presidente da CECJD agradeceu ao Senhor Vice-presidente da COF a possibilidade de conduzir os trabalhos. Mais agradeceu a presença e bem assim, as informações e esclarecimentos apresentados pela SNESup, dando de seguida por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pelo SNEsup e a gravação da audiência, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.



Comissão de Orçamento e Finanças

Palácio de São Bento, 11 de novembro de 2021

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca